Alfa III Fundo Mútuo de Privatização - FGTS - Petrobrás

CNPJ nº 03.917.545/0001-55
(Administrado pelo Banco Alfa de Investimento S.A.)

Demonstrações contábeis em
31 de março de 2023

KPDS 1213926

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Cotistas e à Administração do
Alfa III Fundo Mútuo de Privatização - FGTS - Petrobrás
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Alfa III Fundo Mútuo de Privatização - FGTS - Petrobrás ("Fundo") (Administrado pelo Banco Alfa de Investimento S.A.), que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 31 de março de 2023 e a respectiva demonstração das evoluções do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo em 31 de março de 2023 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução n° 279/98, alterada pela Instrução n° 604/18 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Custódia e valorização de ações	
Principal assunto de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
Em 31 de março de 2023, o Fundo possuía 99,57% de seu patrimônio líquido em investimentos em ações mensuradas ao valor justo com base em cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, órgão responsável também pelo registro e custódia dessas ações. Devido ao fato desses ativos serem os principais elementos que influenciam o patrimônio líquido e o reconhecimento de resultado do Fundo, no contexto das demonstrações contábeis como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Teste de existência por meio de conciliação das posições mantidas pelo Fundo com as informações fornecidas pelo custodiante; – Recalculamos a valorização das ações com base em preços disponíveis obtidos junto a fontes de mercado independentes; e – Avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis do Fundo.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos das ações no tocante à existência e mensuração, assim como suas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2023.

Responsabilidade da administração do Fundo pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução n° 279/98, alterada pela Instrução n° 604/18 da CVM e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável, dentro das prerrogativas previstas na Instrução n° 279/98, alterada pela Instrução n° 604/18 da CVM, pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de junho de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira

Mês/Ano: 31 de março de 2023

Nome do Fundo: **Alfa III Fundo Mútuo de Privatização – FGTS - Petrobrás** **CNPJ:** **03.917.545/0001-55**

Administrador: **Banco Alfa de Investimento S.A.** **CNPJ:** **60.770.336/0001-65**

Aplicações - Especificações	Espécie / Forma	Quantidade	Cotação por lote de mil ou preço unitário – R$	Custo Total R$ mil	Mercado / Realização R$ mil	% sobre o patrimônio liquido
Disponibilidades					**3**	**0,03**
Banco conta movimento					3	0,03
Aplicações Interfinanceiras de liquidez				**81**	**81**	**0,90**
Notas do Tesouro Nacional - Série B		20		81	81	0,90
Ações				**11.457**	**8.970**	**99,57**
Petróleo Brasileiro S.A.	ON	338.623	26,49	11.457	8.970	99,57
Total do ativo					**9.054**	**100,50**
Valores a pagar					**45**	**0,50**
Ações a liquidar					32	0,36
Taxa de Administração					7	0,08
Auditoria e Custódia					3	0,03
Taxa de Fiscalização - CVM					2	0,02
Fiscais e previdenciárias					1	0,01
Patrimônio líquido					**9.009**	**100,00**
Total do passivo e Patrimônio líquido					**9.054**	**100,50**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Evoluções do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

Nome do Fundo:	**Alfa III Fundo Mútuo de Privatização – FGTS - Petrobrás**	**CNPJ:**	**03.917.545/0001-55**
Administrador:	**Banco Alfa de Investimento S.A.**	**CNPJ:**	**60.770.336/0001-65**

Valores em R$ 1.000, exceto o valor unitário das cotas

	2023	**2022**
Patrimônio líquido no início do exercício		
Representado por 82.672,139 cotas a R$ 138,042748 cada	11.412	
Representado por 109.135,454 cotas a R$ 78,526794 cada		5.150
Cotas resgatadas no exercício		
28.319,753 cotas	(594)	
26.463,315 cotas		(477)
Variação no resgate de cotas no exercício	(4.685)	(2.649)
Patrimônio líquido antes do resultado	6.133	5.444
Resultado do exercício		
Ações	**2.984**	**6.066**
Dividendos e juros sobre capital próprio	5.728	1.976
Resultado nas negociações	(257)	909
Valorização/desvalorização a preço de mercado	(2.487)	3.181
Renda fixa e outros ativos financeiros	**16**	**6**
Apropriação de rendimentos	16	6
Demais despesas	**(124)**	**(104)**
Auditoria e custódia	(8)	(6)
Corretagens e taxas	(7)	(5)
Despesas diversas	(2)	(2)
Publicações e correspondências	(3)	(3)
Remuneração da administração	(95)	(84)
Taxa de fiscalização CVM	(9)	(4)
Total do resultado do exercício	**2.876**	**5.968**
Patrimônio líquido no final do semestre		
Representado por 54.352,386 cotas a R$ 165,744692 cada	9.009	
Representado por 82.672,139 cotas a R$ 138,042748 cada		11.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

O Alfa III Fundo Mútuo de Privatização - FGTS - Petrobrás ("Fundo") iniciou suas atividades em 17 de agosto de 2000, e foi constituído sob a forma de condomínio aberto, sendo formado exclusivamente por recursos de pessoas físicas que sejam (i) funcionários; (ii) parentes de funcionários; (iii) ex-funcionários; e/ou (iv) trabalhadores do Vale do Paraíba, da Empresa Brasileira de Aeronáutica - EMBRAER, titulares de contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O Fundo tem como objetivo aplicar seus recursos na aquisição de ações ordinárias de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. O Fundo não pode operar com instrumentos financeiros derivativos.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia do Administrador ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Não obstante a diligência do Administrador em colocar em prática a política de investimento acima descrita, os investimentos de renda variável, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos a flutuações do mercado e a riscos de crédito e liquidez, inclusive podendo obter eventual depreciação dos ativos da carteira ou prejuízo em caso de liquidação do Fundo ou resgate de cotas.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis aos fundos de investimento, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil dos Fundos de Investimento (COFI) e pelas orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especialmente pela Instrução CVM n° 279/98 e alterações posteriores.

As demonstrações contábeis incluem, quando aplicável, estimativas e premissas na mensuração e avaliação dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

3 Práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

(a) Reconhecimento de receitas e despesas

O Administrador adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

(b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao seu valor de mercado.

(c) Ações negociadas no Brasil

As ações integrantes da carteira são registradas pelo custo médio de aquisição (custo) e valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas em bolsas de valores.

(d) Bonificações

As bonificações são registradas na carteira de títulos pelas respectivas quantidades, sem modificações do valor dos investimentos e, quando as ações são consideradas como "ex-direito" nas bolsas de valores são avaliadas conforme acima.

(e) Dividendos/Juros sobre capital próprio

São reconhecidos em resultado quando as ações correspondentes são consideradas "ex-direito" nas bolsas de valores.

(f) Corretagens

As despesas de corretagens em operações de compra de ações são consideradas parte integrante do custo de aquisição. Na venda são registradas como despesa, na conta de "Corretagens e taxas".

4 Valorização / Desvalorização de investimentos a preço de mercado

Ações

Refere-se ao diferencial entre o custo médio de aquisição (atualizado a valor de mercado na data do último balanço) e seu valor de mercado, no valor de R$ (2.487) (R$ 3.181 em 2022) registrados na conta "Valorização/desvalorização a preço de mercado". Para os títulos negociados no exercício, os diferenciais a mercado compõem o resultado realizado no exercício e são refletidos na conta "Resultado nas negociações".

5 Gerenciamento de riscos

(a) Gerenciamento de riscos

O objetivo de controlar riscos de mercado é medir potenciais resultados desfavoráveis, em função de oscilações momentâneas dos preços dos ativos em carteira, para permitir ao Gestor do Fundo, maximizar a relação retorno/risco. O Banco Alfa de Investimento S.A. possui um departamento independente de Gestão de Recursos que avalia diariamente os riscos de mercado do Fundo. Esses parâmetros consistem no volume de exposição e VaR (Valor em Risco) - perda máxima esperada em um dia com nível de confiança de 95%. São utilizadas nestas avaliações, as metodologias reconhecidas pela comunidade financeira. A adequação das posições aos limites estabelecidos é monitorada, diariamente, e comunicada através de relatórios adequados aos vários níveis de administradores a que são destinadas.

(b) Valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, encontra-se em consonância com as prerrogativas da Autorregulação da ANBIMA.

(c) Análise de sensibilidade

Em 31 de março de 2023, a análise de sensibilidade foi efetuada conforme abaixo:

PL :	R$ 9.009
VALUE AT RISK - VAR* :	R$ 291
VAR / PL :	3,2248%

Determinações no Ofício Circular n° 1/2019/CVM/SIN/SNC.

A mensuração dos riscos de mercado tem por objetivo a avaliação das perdas possíveis com as variações de preços e taxas no mercado financeiro.

O método *Value-at-Risk – Var* (Valor em Risco) representa a perda máxima esperada para 1 dia com 95% de confiança.

Este método assume que os retornos dos ativos são relacionados linearmente com os retornos dos fatores de risco e que os fatores de risco são distribuídos normalmente.

Estas aproximações podem subestimar as perdas decorrentes do aumento futuro da volatilidade dos ativos e, portanto, podem haver perdas superiores ao estimado conforme oscilações de mercado.

6 Emissões e resgates de cotas

(a) Emissão

Na emissão de cotas do Fundo, o valor da aplicação é convertido pelo valor da cota de fechamento do próprio dia da integralização, mediante a efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Na integralização das cotas é utilizado o valor da cota fixado no dia da liquidação da aquisição das ações da Petrobras ou da efetiva disponibilidade de recursos ao Administrador transferidos de outros Fundos Mútuos de Privatização - FGTS ou clubes de investimento - FGTS.

Após a integralização inicial de cotas do Fundo, não é permitida a emissão de novas cotas do Fundo, exceção feita às hipóteses de transferências de recursos de outros fundos mútuos de privatização - FGTS ou clubes de investimento FGTS.

Em razão da Lei 12.276/10, o Fundo poderá subscrever ações em aumento de capital social da Petrobras, observando-se que:

- cada cotista não pode utilizar direitos de subscrição que excedam aqueles correspondentes às cotas que possui;
- os cotistas do Fundo poderão solicitar a transferência dos recursos de sua conta no FGTS, até o limite de 30%, com a finalidade de subscrever ações decorrentes do aumento de capital da Petrobras;
- a transferência das contas vinculadas do FGTS para o Fundo observará a regulamentação expedida pelo agente operador do FGTS; e
- no caso de opção, pelo cotista, da utilização de recursos advindos da conta vinculada no FGTS, aplica-se a Lei 8.036/90.

(b) Resgate

Para efeito do exercício do direito de resgate pelo Condômino, as cotas do Fundo têm seu valor atualizado diariamente. No resgate de cotas do Fundo, o valor do resgate é convertido pelo valor da cota de fechamento do primeiro dia útil subsequente da solicitação de resgate e o crédito é efetuado no quinto dia útil subsequente.

Portabilidade: são permitidos as transferências (portabilidade) e o resgate de cotas do Fundo, totais ou parciais, nas seguintes hipóteses:

i. Nas condições estabelecidas pela Lei nº 9.491/97 e pelo Decreto nº 2.430/97, que devem constar do Documento de autorização a ser emitido pelo agente operador do FGTS;

ii. Após o período de seis meses da data da integralização de cada cota, para transferência total ou parcial de investimento para outro Fundo Mútuo de Privatização - FGTS ou para um Clube de Investimento - FGTS;

iii. Após decorrido o prazo de doze meses da data da integralização de suas cotas, para retorno ao FGTS; e

iv. Para resgate por clube de investimento - FGTS, até o limite de cinco por cento das cotas do clube.

7 Remuneração do administrador

O Administrador recebe pela prestação de seus serviços de gestão e administração do Fundo e da carteira do Fundo, percentagem anual de 0,80% (oitenta centésimos por cento) sobre o patrimônio líquido do Fundo. A taxa de administração é calculada sobre o patrimônio líquido de fechamento do dia anterior, apropriada e paga mensalmente de forma linear com base em 252 dias úteis por ano.

No exercício findo em 31 de março de 2023, a despesa de taxa de administração foi de R$ 95 (R$ 84 em 2022), registrada na conta “Remuneração da administração”.

O Fundo pagará a taxa de custódia de 0,035% (trinta e cinco centésimos por cento ao ano) que será calculada sobre o valor do patrimônio líquido diários do Fundo.

O Fundo não possui taxa de ingresso, taxa de saída ou taxa de *performance*.

8 Custódia dos títulos da carteira

Os títulos públicos utilizados como lastro para as operações compromissadas estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e as ações estão custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

9 Gestão, custódia, tesouraria e serviços terceirizados

Os serviços são prestados por:

Custódia:	Banco Bradesco S.A.
Controladoria:	Banco Bradesco S.A.
Gestão:	Banco Alfa de Investimento S.A.
Tesouraria:	Banco Bradesco S.A.
Distribuição das Cotas:	Banco Alfa de Investimento S.A.

10 Transações com partes relacionadas

Nos exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022, o Fundo realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

a) Despesas com parte relacionada

Despesa	Saldo	Instituição	Relacionamento
31/03/2023 - Taxa de Administração	95	Banco Alfa de Investimento S.A.	Administrador
31/03/2022 - Taxa de Administração	84	Banco Alfa de Investimento S.A.	Administrador

Legislação tributária

Imposto de renda
De acordo com a legislação tributária vigente, no resgate de cotas serão observados os seguintes procedimentos:

i. Se o valor de aquisição, acrescido da diferença positiva entre os rendimentos apropriados até 31 de dezembro de 2001, for inferior ao valor de resgate, o imposto de renda devido será o resultado da soma das parcelas correspondentes a 10% dos rendimentos apropriados até aquela data e a 15% dos rendimentos apropriados entre 1º de janeiro de 2002 e a data do resgate;

ii. Se o valor de aquisição, acrescido dos rendimentos apropriados até 31 de dezembro de 2001, for superior ao valor do resgate, a base de cálculo do imposto será a diferença positiva entre o valor do resgate e o valor da aquisição, sendo aplicada alíquota de 10%; e

iii. Quando não houver rendimento apropriado até 31 de dezembro de 2001, a base de cálculo será a diferença positiva entre o valor de resgate e o valor de aquisição, sendo aplicada alíquota de 15%.

Em todas as hipóteses descritas a base de cálculo é deduzida da remuneração do FGTS no período.

O pagamento dos resgates será feito líquido do valor do imposto de renda devido.

11 Política de distribuição dos resultados

Os resultados auferidos são incorporados ao patrimônio, com a correspondente variação do valor das cotas, de maneira que todos os condôminos deles participem proporcionalmente à quantidade de cotas possuídas.

12 Política de divulgação das informações

As informações, relativas ao Fundo, referente aos exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022, foram divulgadas das seguintes formas:

- A Administradora deverá divulgar em sua página na rede mundial de computadores, diariamente, o valor da cota, líquido das taxas apropriadas, o valor do patrimônio líquido.

- Bimestralmente, através do correio, extrato de conta contendo a rentabilidade auferida no mês, saldo das suas aplicações e movimentações.

- Colocadas à disposição, na sede do Administrador, informações sobre a composição da carteira.

13 Rentabilidade

As rentabilidades nos últimos exercícios são as seguintes:

Data	Rentabilidade (%)	Patrimônio líquido médio	Índice de mercado (a)
Exercício findo em 31 de março de 2023	20,07	11.917	(20,07)
Exercício findo em 31 de março de 2022	75,79	8.368	47,20

(a) O índice de mercado é apresentado pela cotação de fechamento da ação PETR ON divulgada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no mesmo período. Para melhor comparabilidade da cotação com a rentabilidade e evolução do valor da cota do Fundo, não foram acrescidos os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos durante o exercício no cálculo no índice de mercado.

14 Demonstração das evoluções do valor da cota e da rentabilidade

			Rentabilidade %				
			Fundo			Índice de Mercado (a)	
Data	Valor da cota (R$)	Patrimônio Líquido médio	Mensal	Acumulada	Cotação Petrobras ON em R$	Mensal	Acumulada
31/03/2021	78,526794				23,94		
30/04/2021	78,34666	8.449	(0,23)	(0,23)	23,10	(3,51)	(3,51)
31/05/2021	90,27754	8.842	15,23	14,96	26,65	15,37	11,32
30/06/2021	102,47149	10.353	13,51	30,49	30,29	13,66	26,52
31/07/2021	92,96190	9.710	(9,28)	18,38	27,5	(9,21)	14,87
31/08/2021	99,71711	9.963	7,27	26,98	27,92	1,53	16,62
30/09/2021	100,45293	9.674	0,74	27,92	28,15	0,82	17,59
31/10/2021	98,67887	10.514	(1,77)	25,66	27,67	(1,71)	15,58
30/11/2021	107,34430	10.000	8,78	36,70	30,14	8,93	25,90
31/12/2021	120,55876	11.920	12,31	53,53	30,70	1,86	28,24
31/01/2022	138,02821	12.567	14,49	75,77	35,27	14,89	47,33
28/02/2022	142,23387	12.656	3,05	81,13	36,37	3,12	51,92
31/03/2022	138,04275	11.662	(2,95)	75,79	35,24	(3,11)	47,20
30/04/2022	142,28207	11.396	3,07	81,19	20,24	(42,57)	(15,46)
31/05/2022	156,22828	12.127	9,80	98,95	22,19	9,63	(7,31)
30/06/2022	144,29758	11.747	(7,64)	83,76	20,37	(8,20)	(14,91)
31/07/2022	173,99774	11.791	20,58	121,58	24,66	21,06	3,01
31/08/2022	205,70654	15.005	18,22	161,96	29,92	21,33	24,98
30/09/2022	184,36839	14.682	(10,37)	134,78	26,63	(11,00)	11,24
31/10/2022	185,26321	13.432	0,49	135,92	26,77	0,53	11,82
30/11/2022	187,82086	10.842	1,38	139,18	27,41	2,39	14,49
31/12/2022	175,95431	10.556	(6,32)	124,07	25,29	(7,73)	5,64
31/01/2023	184,50034	10.801	4,86	134,95	26,58	5,10	11,03
28/02/2023	179,91462	10.874	(2,49)	129,11	25,93	(2,45)	8,31
31/03/2023	165,74469	9.603	(7,88)	111,07	26,49	(7,83)	(10,65)

(a) O índice de mercado é apresentado pela cotação de fechamento da ação PETR ON divulgada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no mesmo período. Para melhor comparabilidade da cotação com a

rentabilidade e evolução do valor da cota do Fundo, não foram acrescidos os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos durante o exercício no cálculo no índice de mercado.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. Os investimentos edo Fundo não são garantidos pelo Administrador, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos.

15 Principais encargos debitados ao Fundo

	Exercícios findos em			
	31 de março de 2023		31 de março de 2022	
Despesas e encargos	**Valor**	**Sobre o patrimônio líquido médio%**	**Valor**	**Sobre o patrimônio líquido médio%**
Auditoria e custódia	8	0,09	6	0,06
Corretagens e taxas	7	0,08	5	0,05
Despesas diversas	2	0,02	2	0,02
Publicações e correspondências	3	0,03	3	0,03
Remuneração da administração	95	1,06	84	0,80
Taxa de fiscalização CVM	9	0,10	4	0,04

16 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

17 Contrato de prestação de serviços de controladoria e custódia

O Administrador contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de controladoria e custódia, relativos a este Fundo, de acordo com as normas Legais e Regulamentares.

18 Política de exercício de direito de voto

O Fundo adota como política de exercício de direito de voto pelo Gestor em assembleias das companhias nas quais o Fundo detenha participação, que estiverem deliberando sobre assunto de relevante interesse para o Fundo, a critério do Gestor.

19 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

O Administrador, no exercício, não contratou nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda., relacionados a este Fundo de Investimento por ele administrado que não os serviços de auditoria externa, em patamares superiores a 5% do total dos custos de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, qual seja o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

20 Outras informações

Devido os impactos locais e globais em função do COVID - 19 (Coronavírus), intensificados a partir de março de 2020, tem havido variação significativa na cotação dos diversos ativos financeiros negociados em mercados financeiros e bolsas de valores diversos, no Brasil e no exterior. Considerando-se esses aspectos, os ativos financeiros do Fundo e consequentemente sua cota podem apresentar variações significativas em relação aos valores apresentados. Tais variações podem ser temporárias, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados, ou mesmo, que sejam intensificadas.

* * *

Contador:
Ricardo Ignácio Rocha
CRC 1 SP 213357/O-6-T-PR

Diretor responsável:
Adilson Augusto Martins Júnior